



Simulado Final
TJ SP
Oficial de Justiça
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TJ-SP (Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Oficial de Justiça do TJ-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/QAsaTupmHdtCaMxS8>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/EWW2>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I****É possível mudar a própria personalidade?**

Todos nós, em algum momento da vida (ou em vários), tivemos a necessidade de classificar a nossa personalidade. Contudo, embora seja comum que as pessoas pensem que essa característica seja imutável, segundo especialistas na área, ela não apenas pode mudar conforme as vivências de cada um, como também é possível conscientemente moldá-la.

No livro “Personality Isn’t Permanent” (obra ainda sem tradução no Brasil), o psicólogo Benjamin Hardy reforça essa tese. O dogma da classificação de personalidade é que muitas pessoas acabam se equivocando ao descobrirem as suas e acreditam que esse é o seu autêntico eu – definitivamente.

Para Hardy, essa crença é parte do problema, visto que a nossa “identidade” – ou modo como escolhemos nos definir como pessoa – é o que realmente importa. Personalidade, que ele vê como “nível superficial”, é um comportamento que decorre da vivência da nossa identidade.

Por conseguinte, é comum para um indivíduo poderoso e carismático ter traços resultantes que incluam confiança e um senso de humor aguçado. O ponto principal, porém, é perceber que tanto a identidade quanto a personalidade são passíveis de mudanças.

“Se você disser que é introvertido, isso é um rótulo. E como a identidade da maioria das pessoas tem uma mentalidade fixa, sua imaginação e vontade de mudar são bastante atrofiadas. Não é que não possamos mudar, é que não acreditamos que podemos”, explica Hardy.

A personalidade é composta por um conjunto de traços psicológicos que definem, em parte ou completamente, o universo de sentimentos e cognições de cada pessoa. É por meio dela que comportamentos e

hábitos normais são configurados e transmitidos aos outros ou para si próprio.

Ainda, a ideia de que a personalidade não é permanente tem sido cada vez mais aceita no campo da psicologia, derrubando a antiga suposição de que ela era estática. E indo mais além, ela também pode ser afetada por fatores externos.

Para se ter um exemplo prático, basta observar que na última década o movimento wellness ampliou o interesse pelo aprimoramento pessoal. De maneira geral, isso tem feito muita gente repensar sobre o seu bem-estar físico (comer bem e fazer atividades físicas) e em melhorar o estado mental por meio de meditação ou mesmo terapia.

Embora o objetivo não tenha sido explicitamente transformar a própria personalidade, é bastante provável que se uma pessoa está bem descansada e se exercitando regularmente, ela tende ser mais otimista.

<https://www.napratica.org.br/como-moldar-personalidade/>

01. De acordo com o texto, é incorreto afirmar que:

- a) A personalidade é frequentemente vista como algo fixo, mas especialistas apontam que ela pode mudar conforme as experiências de vida.
- b) Benjamin Hardy defende que a personalidade é apenas uma camada superficial do comportamento humano, que se manifesta como consequência da identidade de cada um.
- c) A crença de que a personalidade reflete o “eu autêntico” é considerada problemática por Hardy, pois alimenta uma convicção de imutabilidade.
- d) A personalidade é considerada mais importante do que a identidade na visão de Hardy.
- e) Identidade e personalidade são passíveis de mudança. A ciência da psicologia, inclusive, tem aceitado a noção de que a personalidade é dinâmica.

02. Infere-se adequadamente do texto que

- a) A atribuição de estereótipos é o fator social que impede a mudança das pessoas.
- b) A personalidade é composta por traços psicológicos que geram de forma determinística sentimentos, cognições e comportamentos.
- c) O ambiente pode afetar permanentemente a personalidade, conforme tem sido comprovado por estudos recentes.
- d) O movimento Wellness é citado no texto como exemplo para provar que a forma de alterar a personalidade implica mudança física.
- e) Melhorar o bem-estar físico e mental pode levar a alterações indiretas e positivas na personalidade.

03. Verifica-se emprego de linguagem predominantemente conotativa no segmento:

- a) Todos nós, em algum momento da vida (ou em vários), tivemos a necessidade de classificar a nossa personalidade.
- b) Por conseguinte, é comum para um indivíduo poderoso e carismático ter traços resultantes que incluam confiança e um senso de humor aguçado.
- c) E como a identidade da maioria das pessoas tem uma mentalidade fixa, sua imaginação e vontade de mudar são bastante atrofiadas.
- d) A personalidade é composta por um conjunto de traços psicológicos que definem, em parte ou completamente, o universo de sentimentos e cognições de cada pessoa.
- e) Para se ter um exemplo prático, basta observar que na última década o movimento wellness ampliou o interesse pelo aprimoramento pessoal.

04. A personalidade é composta por um conjunto de traços psicológicos que definem, em parte ou completamente, o universo de sentimentos e cognições de cada pessoa. É por meio dela que comportamentos e hábitos normais são configurados e transmitidos aos outros ou para si próprio.

No contexto em que foi empregada, a palavra destacada tem como sinônimo:

- a) informações;
- b) percepções;
- c) experiências;
- d) cálculos;
- e) emoções;

05. Contudo, embora seja comum que as pessoas pensem que essa característica seja imutável, segundo especialistas na área, ela não apenas pode mudar conforme as vivências de cada um, como é possível conscientemente moldá-la.

Os conectivos destacados expressam:

- a) oposição, modo;
- b) adversidade; comparação;
- c) oposição; exemplo;
- d) conclusão; soma;
- e) adversidade; acréscimo.

06. Todos nós, em algum momento da vida (ou em vários), tivemos a necessidade de classificar a nossa personalidade

Substituindo-se o termo destacado por uma forma pronominal, a redação correta de acordo com a norma culta é:

- a) tivemos-lhe;
- b) tivemo-la;
- c) tivemos-la;
- d) tivemo-lhe;
- e) tivemos a

07. Ainda, a ideia de que a personalidade não é permanente tem sido cada vez mais aceita no campo da psicologia, derrubando a antiga suposição de que ela era estática. E indo mais além, ela também pode ser afetada por fatores externos.

Assinale a frase que mostra o mesmo valor que o do segmento destacado.

- a) O diretor ainda não chegou.
- b) Na hora do acidente, ela ainda não chegara.
- c) Ainda agora estávamos todos felizes.
- d) Hoje, a jovem trabalha fora ainda cuida do filho.
- e) Sei, inclusive, que ainda serei aprovado.

08. Considere as frases abaixo e assinale a alternativa em que o emprego da concordância está de acordo com a norma padrão.

- a) A personalidade das pessoas, segundo especialistas, mudam conforme as vivências.
- b) Não era apenas os traços psicológicos que moldavam a identidade, mas também as experiências vividas.
- c) Fazem muitos anos que as pessoas acreditam que a personalidade é imutável.
- d) Havia, nos discursos do pesquisador, várias reflexões sobre identidade e mudanças.
- e) Nenhum dos fatores externos foram considerados irrelevantes no estudo sobre personalidade.

09. *Se você disser que é introvertido, isso é um rótulo.*

A vírgula empregada no trecho acima se justifica pelo mesmo motivo que:

- a) Por conseguinte, é comum para um indivíduo poderoso e carismático ter traços resultantes que incluam confiança e um senso de humor aguçado.
- b) O ponto principal, porém, é perceber que tanto a identidade quanto a personalidade são passíveis de mudanças.
- c) Não é que não possamos mudar, é que não acreditamos que podemos”

d) Para se ter um exemplo prático, basta observar que na última década o movimento wellness ampliou o interesse pelo aprimoramento pessoal.

e) No livro “Personality Isn’t Permanent” (obra ainda sem tradução no Brasil), o psicólogo Benjamin Hardy reforça essa tese.

10. Por conseguinte, é comum para um indivíduo poderoso e carismático ter traços resultantes que incluam confiança e um senso de humor aguçado.

O parágrafo acima, em relação ao anterior, traz ao texto uma relação semântica de:

- a) Causa;
- b) Explicação;
- c) Ressalva;
- d) finalidade;
- e) Conclusão.

TEXTO II**Tributos e Distribuição de Renda**

O Brasil possui uma das piores distribuições de renda e de riqueza do mundo. Os 10% mais ricos do país, que concentravam 55,6% da renda em 2015, ficaram à frente da Índia, com 55,5%, e da África Subsaariana, com 54,4% (WID, 2019). Novas formas de mensuração da concentração de riqueza nos países têm sido adotadas através de dados de declarações de imposto de renda, um método recente que aponta uma concentração maior do que a do fluxo de rendimentos. A concentração entre os 10% mais ricos no Brasil foi de 74,2%, seguido pela China, com 73,2%, e pela África do Sul, com 73,1% (CSWR, 2016).

A alta concentração traz impactos para as famílias brasileiras pertencentes à faixa dos 10% mais pobres, que podem levar até nove gerações para atingir a situação de renda média do país (OECD, 2018b). A estrutura tributária parece contribuir para a desigualdade, uma vez que a tributação indireta (sobre o consumo) é predominante no Brasil. Os brasileiros 10% mais pobres gastam 32% dos seus rendimentos em tributos, sendo que 28% desses são indiretos (sobre o consumo), enquanto os 10% mais ricos gastam 21%, dos quais 11% são por meio de impostos diretos (sobre bens ou renda).

A Teoria da Tributação Ótima entende que a renda não deveria ser tributada por impostos progressivos, ao passo que o capital deveria ser desonerado para atrair e incentivar investimentos. A justificativa é a crença em que, com a redução de impostos, o investimento e o empreendedorismo seriam estimulados. Os mais pobres seriam beneficiados com o aumento da renda dos mais ricos, o que justificaria políticas tributárias em prol do capital.

Entretanto, a observação empírica aponta uma ampliação da concentração de renda e de patrimônio sem os respectivos ganhos esperados em termos de crescimento econômico e investimento produtivo. Dessa forma, a academia está refletindo e construindo uma reavaliação das teorias e das práticas tributárias. Os modelos e os teoremas que se popularizaram, a partir de 1980, têm sido questionados, inclusive, por aqueles que deram sustentação às proposições de menor progressividade tributária.

A instituição de impostos progressivos nunca teve o apoio de estratos de hegemonias políticas e dos setores

empresariais. A tributação no país está centrada em impostos indiretos, tendo baixa progressividade sobre a renda, sobre os lucros, sobre os ganhos de capital e sobre o patrimônio. As disputas entre as classes e os grupos sociais relevam-se importantes, indo além do aspecto teórico, na compreensão da distribuição do ônus tributário entre os contribuintes.

(Daniel Sampaio, REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA)

11. A partir das estruturas e ideias apresentados no texto, é correto depreender que:

- a) a maior tributação direta se coaduna com o ideal de uma tributação mais progressiva.
- b) as universidades são as grandes defensoras da tributação dos brasileiros mais ricos.
- c) a aplicação prática das teorias econômicas não valida os modelos tributários propostos pelos acadêmicos.
- d) a tributação no país está centrada em impostos sobre a renda, os lucros, os ganhos de capital e o patrimônio.
- e) as disputas entre as classes e os grupos sociais são inevitáveis, pois ninguém deseja maior carga tributária.

12. De acordo com o texto,

- a) o Brasil é líder no que se refere à distribuição de renda e riquezas no mundo.
- b) a análise de fluxos de renda mostra um nível de desigualdade maior que o previsto.
- c) proposições de menor progressividade tributária foram descreditadas a partir de 1980.
- d) a Tributação Ótima, em princípio, desoneraria o capital para fomentar a criação de novos negócios.
- e) estratos de hegemonias políticas e dos setores empresariais sempre apoiaram a tributação regressiva.

13. A Teoria da Tributação Ótima entende que a renda não deveria ser tributada por impostos progressivos, ao passo que o capital deveria ser desonerado para atrair e incentivar investimentos. A justificativa é a crença em que, com a redução de impostos, o investimento e o empreendedorismo seriam estimulados. Os mais pobres seriam beneficiados com o aumento da renda dos mais ricos, o que justificaria políticas tributárias em prol do capital.

Sobre os sentidos e aspectos argumentativos do fragmento acima, é incorreto afirmar:

- a) a forma verbal “entende” apresenta de forma neutra uma opinião alheia.
- b) as duas ocorrências de “deveria” expressam valor de hipótese.
- c) o vocábulo “crença” faz presumir que o autor acredita na tese da tributação ótima.
- d) “beneficiária” indica um fato incerto dependente de determinada condição.
- e) políticas tributárias em prol do capital são a decorrência lógica da Teoria da Tributação Ótima.

14. Assinale a alternativa em que a substituição da forma sublinhada pela contida entre parênteses manteria a correção gramatical.

- a) A concentração entre os 10% mais ricos no Brasil foi de 74,2% (**foram**)
- b) Novas formas de mensuração da concentração de riqueza nos países têm sido adotadas (**tem**)
- c) A alta concentração traz impactos para as famílias brasileiras pertencentes à faixa dos 10% mais pobres (**trazem**)
- d) Os brasileiros 10% mais pobres gastam 32% dos seus rendimentos em tributos, sendo que 28% desses são indiretos ... (**gasta**)
- e) Os 10% mais ricos do país, que concentravam 55,6% da renda em 2015... (**concentrava**)

15. Os parênteses foram empregados especificamente no texto para:

- a) indicar a fonte de informações e o significado de termos técnicos.
- b) introduzir na sentença comentários acessórios do autor do texto.
- c) fazer esclarecimentos sobre informações obscuras na redação.
- d) indicar a citação literal de autoridades especializadas do tema.
- e) registrar adendos do narrador sobre a temática em análise.

16. A estrutura tributária parece contribuir para a desigualdade, uma vez que a tributação indireta (sobre o consumo) é predominante no Brasil.

O conectivo destacado apresenta valor de

- a) tempo;
- b) condição;
- c) causa;
- d) consequência;
- e) finalidade.

17. Assinale a alternativa cuja redação está em desacordo com a norma culta

- a) A tributação progressiva é um conceito fundamental em economia e finanças públicas. Ela se baseia na ideia de que, à medida que a renda ou a riqueza de um indivíduo aumenta, a proporção dessa renda que ele paga em impostos também deve aumentar.
- b) Isso significa que os mais ricos contribuem com uma parcela maior de sua renda para o sistema tributário em comparação com os mais pobres.
- c) No entanto, a tributação progressiva, mesmo trazendo valores morais aparentemente muito justos e válidos, é muitas vezes objeto de debate e controvérsia acalorados.
- d) Alguns argumentam que ela promove a justiça social, ajudando a reduzir a desigualdade de renda, enquanto outros afirmam que ela desencoraja o investimento e a criação de empregos.
- e) Em última análise, a real eficácia de todos os mecanismos para tributações mais progressivas dependem de uma série de fatores, incluindo a forma como os impostos são estruturados e implementados.

18. Observe o texto a seguir.

A tributação progressiva é uma medida do governo que visa (1) ___ promover uma distribuição mais equitativa da carga tributária, especialmente em relação (2) _____ contribuintes de diferentes faixas de renda. Para alcançar esse objetivo, é importante que o sistema tributário seja bem estruturado, levando em consideração as características econômicas do país. Além disso, a tributação progressiva está relacionada (3) _____ princípio (4) ___ quem possui mais recursos deve contribuir (5) ___ uma proporção maior (6) ___ cofres públicos.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas acima.

- a) a - à - ao - de que - para - dos
- b) a - aos - ao - de que - com - para

- c) em - a - ao - que - com - dos
- d) de - aos - ao - de que - com - para
- e) em - aos - ao - que - com - nos

19. Considere o texto a seguir:

___ décadas recentes em que teorias de tributação menos onerosa na renda eram o padrão ouro da economia global. Não ___ nem 40 anos. Ultimamente, parece ser um desejo comum que o governo, por meio de suas variadas políticas públicas, ___ ênfase a uma tributação mais progressiva.

Segundo a norma-padrão de concordância verbal, as lacunas do texto são completadas, correta e respectivamente, por:

- a) Existiu ... há ... dá
- b) Existiram ... tem ... dão
- c) Houve ... faz ... dê
- d) Houveram ... há ... deem
- e) Tem ... fazem ... desse

20. Assinale a alternativa de acordo com a norma culta de emprego e colocação dos pronomes.

- a) Nos parece indiscutível que o governo nunca deve ser favorável à desigualdade tributária.
- b) Todos sentem-se injustiçados quando veem os empresários pagarem menos impostos que as pessoas físicas.
- c) Nenhuma política, liberal ou não, fez se incrementar a sensação de que os pobres pagam menos.
- d) É trivial não importar-se com a tributação a qual se torna mais desvantajosa para outrem.
- e) Ninguém alegre-se em ver suas economias serem dilapidadas por tributos, por nenhuma justificativa.

BLOCO II**DIREITO PENAL***Priscila Silveira*

21. No que se refere à aplicação da Lei Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Praticado um fato que, posteriormente, a lei defina como crime, o seu autor pode ser punido se ainda não tiver ocorrido a prescrição.
- b) O princípio da legalidade preceitua que não crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.
- c) Se o autor de um fato está respondendo a processo por contravenção penal e, posteriormente, a lei venha a definir esse fato como crime, a denúncia não poderá ser aditada para que o agente responda de acordo com a nova classificação.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- e) Se uma lei nova deixar de incriminar certa conduta, antes definida como crime, o réu não continuará a responder ao processo, porque a lei benéfica retroagirá para alcançar fatos anteriores.

22. Acerca da ação penal e extinção da punibilidade, marque a alternativa correta:

- a) Para a extinção da punibilidade do agente, o perdão do ofendido não precisa ser aceito.
- b) A perempção extingue a punibilidade nos crimes de ação penal pública condicionada à representação e de ação de iniciativa privada.
- c) A decadência extinguirá a punibilidade do agente, quando, por exemplo, o ofendido não oferecer representação no prazo de 6 meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
- d) A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena em abstrato prevista para o delito.

e) A morte do agente impede que ele seja punido, mas não extingue sua punibilidade.

23. De acordo com os delitos de lesões corporais, é correto afirmar que:

- a) O grau de lesão como leve, grave ou gravíssima se aplica às modalidades dolosas e culposas do delito.
- b) No caso de lesões recíprocas, o Juiz pode, em qualquer caso, substituir a pena de detenção pela pena de multa.
- c) Nos casos de lesão corporal culposa, o Juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- d) Aumenta-se a pena do delito de lesões corporais caso praticadas em situação de violência doméstica.
- e) Qualifica-se o delito de lesão corporal em caso de prática contra agente integrante da Força Nacional de Segurança Pública.

24. Configura-se modalidade qualificada no crime de violação de domicílio quando praticado:

- a) mediante destreza;
- b) com rompimento de obstáculo;
- c) mediante ardil;
- d) em vigilância epidemiológica;
- e) durante a noite.

25. "Falsificar, fabricando-os ou alterando-os bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município" refere-se ao tipo penal do crime de:

- a) Falsificação do selo ou sinal público.
- b) Falsificação de documento público.
- c) Falsificação de papéis públicos.
- d) Falsificação de documento particular.
- e) Falsidade material de atestado ou certidão.

26. Assinale a assertiva correta no tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade:

- a) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- c) constatada a semi-imputabilidade do acusado, o juiz pode, atendendo aos demais critérios legais, aplicar-lhe pena reduzida de 1/3 a 1/2.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- e) a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal

27. Tomás, funcionário público, em razão do cargo que exerce, tem acesso a documentos sigilosos e os revela de forma indevida, gerando dano à Administração Pública. Neste caso,

- a) não houve crime, mas apenas infração administrativa.
- b) Tomás praticou o delito de violação do sigilo de proposta de concorrência.
- c) Tomás praticou o delito de violação de sigilo funcional na modalidade simples.
- d) Tomás praticou o delito de violação de sigilo funcional na modalidade qualificada.
- e) Tomás praticou o delito de violação de sigilo funcional na modalidade privilegiada.

28. Conforme previsto no Código Penal, o crime de fraude processual terá a pena em dobro na seguinte hipótese:

- a) Se a inovação se destina a induzir a erro o juiz.
- b) Se a inovação se destina a induzir a erro o perito.
- c) Se a inovação se destina a produzir efeito em processo administrativo disciplinar, com a possibilidade de aplicação da pena de demissão.
- d) Se a inovação se destina a produzir efeito em civil, ainda que não iniciada.
- e) Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado.

29. Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, com a intenção de influenciar em uma decisão de um Promotor de Justiça sobre iniciar uma ação penal pelo crime de furto majorado pelo repouso noturno, adequa-se ao crime de:

- a) corrupção passiva.
- b) corrupção ativa.
- c) tráfico de influência.
- d) exploração de Prestígio.
- e) estelionato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

30. A despeito da independência das esferas, a decisão proferida na esfera criminal fará coisa julgada na área cível, impedindo a propositura de ação civil ex delicto quando:

- a) reconhecer a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva
- b) absolver o réu em razão da inimputabilidade penal por doença mental
- c) absolver o réu por ausência de provas
- d) absolver o réu em razão de ter restado comprovada a inexistência material do fato imputado
- e) absolver o réu em razão da atipicidade do fato

31. Vanessa foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Paulo, no dia 10.05.2023. Vanessa, porém, somente tomou conhecimento de que teria sido Paulo o infrator no dia 15.09.2023. No dia 03.02.2024, Vanessa ofereceu queixa-crime em desfavor de Paulo, indicando o rito sumário como o cabível em razão da pena máxima cominada ao delito.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o Juiz deverá rejeitar a inicial, pois ultrapassado o prazo decadencial de 03 meses para o ajuizamento da queixa-crime.
- b) o Juiz deverá receber a queixa-crime e mandar citar o réu, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias.
- c) o Juiz deverá receber a queixa-crime e mandar citar o réu, para apresentar resposta à acusação, no prazo de 15 dias.
- d) o Juiz deverá rejeitar a inicial, pois ultrapassado o prazo decadencial de 06 meses para o ajuizamento da queixa-crime.
- e) o Juiz deverá rejeitar a inicial, pois Vanessa não tem legitimidade para ajuizar a queixa-crime.

32. Acerca da ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa-crime passará ao Ministério Público.
- b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- c) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração necessariamente escrita, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

- d) Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação penal privada, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.
- e) Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, poderá declará-la, desde que haja requerimento das partes.

33. Yuri praticou crime de condescendência criminosa (detenção, de quinze dias a um mês, ou multa), crime contra a administração pública e infração de menor potencial ofensivo. Consta que Yuri, embora primário, já foi beneficiado há 06 anos com uma suspensão condicional do processo. Nesse caso, acerca do acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:

- a) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por se tratar de crime contra a administração pública.
- b) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, pois Yuri já foi beneficiado anteriormente com suspensão condicional do processo.
- c) Não será possível a celebração de acordo de não persecução penal, por ser cabível a transação penal na hipótese.
- d) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, cabendo ao Juiz a homologação do acordo.
- e) será possível a celebração de acordo de não persecução penal, a ser proposto pelo delegado de polícia.

34. Acerca do tribunal do júri, assinale a alternativa correta:

- a) O serviço do júri é obrigatório e o alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 21 anos de notória idoneidade.
- b) A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com o tamanho da comarca em que o júri se encontra.
- c) Estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa.
- d) A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz.
- e) Na instrução preliminar no rito do júri, cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas.

35. José, residente em Itu-SP, praticou crime de ação penal privada em desfavor de Maria, residente no município de Ribeirão Preto-SP. O crime, todavia, ocorreu na cidade de Curitiba-PR.

Nesse caso, é correto afirmar que Maria, ao ajuizar queixa-crime:

- a) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de Itu-SP
- b) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de Curitiba-PR
- c) deverá ajuizá-la perante o juízo da comarca de Ribeirão Preto-SP
- d) poderá ajuizar a ação perante o Juízo das comarcas de Ribeirão Preto-SP ou Curitiba-PR.
- e) poderá ajuizar a ação perante o Juízo das comarcas de Itu-SP ou Curitiba-PR, por se tratar de crime de ação penal privada

36. Nos termos do que dispõe a Lei 9.099/95, é correto afirmar que se consideram como infrações de menor potencial ofensivo:

- a) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 02 anos, cumulada ou não com multa.
- b) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 02 anos, desde que não cumulada com multa.
- c) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 04 anos, cumulada ou não com multa.
- d) as contravenções penais e os crimes, sem violência ou grave ameaça à pessoa, a que a lei comine pena máxima não superior a 02 anos.
- e) somente as contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a 02 anos, cumulada ou não com multa.

37. Acerca da competência, das disposições gerais e dos atos processuais no âmbito dos Juizados especiais criminais, assinale a alternativa correta:

- a) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por hora certa.
- b) A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção.
- c) Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes e os interessados, devendo os defensores serem posteriormente intimados pessoalmente.
- d) Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á decretada a revelia.
- e) No caso de reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, não serão aplicáveis os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

38. Acerca das nulidades, assinale a alternativa correta:

- a) A nulidade de um ato poderá ser declarada, ainda que da nulidade não tenha resultado prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- b) As partes poderão arguir nulidade ainda que referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- c) Será declarada a nulidade de ato processual ainda que não tenha influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- d) A declaração de nulidade por incompetência do juízo importa anulação de todos os atos até então praticados.
- e) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. No que diz respeito às ações de família, assinale a alternativa correta.

- a) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data designada para a audiência de conciliação e mediação.
- b) As partes não necessitam estar acompanhadas por advogados ou defensores públicos.
- c) O Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.
- d) Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, poderá estar acompanhado por especialista.
- e) Não se aplica o rito das ações de família previsto no Código de Processo Civil no caso de ação de alimentos.

40. Em se tratando de carta rogatória,

- a) Trata-se de procedimento de jurisdição voluntária.
- b) A sua análise é feita pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) Admite-se a rediscussão do mérito da decisão judicial estrangeira.
- d) Podem ser discutidos pela defesa os requisitos para que o pronunciamento judicial estrangeiro produza efeitos no Brasil.
- e) Por se tratar de procedimento e não de processo, não se exige as garantias do devido processo legal.

41. No que diz respeito à capacidade processual, assinale a alternativa correta.

- a) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- b) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- c) A falta de consentimento, quando necessário e suprido pelo juiz, invalida o processo.
- d) Não se admite representação judicial do Município por Associação de Representação de Municípios, cuja atuação é restrita à esfera extrajudicial.
- e) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte autora, o juiz deverá extinguir a ação, de plano.

42. Em cada comarca, seção ou subseção judiciária haverá, no mínimo,

- a) Tantos oficiais de justiça quantos sejam os juízos.
- b) Três oficiais de justiça.
- c) Quatro oficiais de justiça.
- d) Dois oficiais de Justiça.
- e) O dobro de oficiais de justiça, quando comparados com os juízos.

43. Acerca da comunicação dos atos processuais,

- a) A citação sempre será pessoal.
- b) A citação será feita preferencialmente por oficial de justiça.
- c) Veda-se a prática de atos processuais por meio de videoconferência
- d) Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, inclusive em se tratando o objeto de unidade autônoma de prédio em condomínio.
- e) Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial.

44. Acerca da competência na execução, assinale a alternativa correta.

- a) Não dispendo a lei de modo diverso, o juiz determinará os atos executivos, e o oficial de justiça os cumprirá.
- b) Não se admite cumprimento de atos executivos por oficial de justiça em comarca contígua.
- c) Sempre que, para efetivar a execução, for necessário o emprego de força policial, o oficial de justiça a requisitará.
- d) Não se admite cumprimento de atos executivos por oficial de justiça em comarcas na mesma região metropolitana.
- e) O juiz pode, de ofício, determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.

45. Em se tratando de procedimento submetido ao rito do juizado especial cível,

- a) Admite-se a citação por edital.
- b) O comparecimento espontâneo não suprirá a falta ou nulidade da citação.
- c) Dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão desde logo cientes as partes.
- d) As intimações serão feitas exclusivamente por oficial de justiça.

e) Não se exige comunicação ao juízo acerca das mudanças de endereço ocorridas no curso do processo.

46. Acerca da apelação, assinale a alternativa correta.

- a) Das decisões interlocutórias em tutela de urgência, cabe apelação.
- b) O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) No recurso de apelação, é dispensável a exposição dos fatos.
- d) Se o apelado interpuser apelação adesiva, é desnecessária a intimação do apelante para contrarrazões.
- e) Deve ser interposta diretamente no tribunal de justiça.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

47. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, conforme a Constituição Federal, exceto:

- a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos
- b) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim
- c) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei
- d) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei
- e) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas

48. Quanto aos direitos sociais na CF, pode-se afirmar corretamente que:

- a) a CF prevê a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- b) não é constitucionalmente assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso
- c) É assegurado o direito de greve, competindo aos empregadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender

d) Nas empresas de mais de três empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

e) A CF assegura a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa

49. Janderleide, brasileira nata, foi enviada às Olimpíadas de Paris-2024 para representar o Brasil na modalidade *tiro com pistola de ar 10m*. Conforme reconhecimento do Ministério do Esporte do Brasil, foi considerado que ela encontrava-se representando oficialmente o Brasil no evento esportivo. Grávida de 7 meses, Janderleide, emocionada após ganhar a medalha de prata, terminou por dar à luz a Janderleide Filha, nascida no Hospital do 16^o *arrondissement* de Paris. Após a competição, ambas retornaram ao Brasil, quando então a família descobriu que Janderleide Filha:

- a) é brasileira naturalizada
- b) é brasileira nata
- c) pode fazer opção pela nacionalidade brasileira, após a maioridade
- d) é estrangeira
- e) pode naturalizar-se brasileira.

50. Acerca da Administração Pública na Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em atos administrativos;
- b) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período
- c) é vedado ao servidor público o exercício da associação e da sindicalização
- d) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica
- e) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, limitados a dez por cento.

51. Sinforosa, testemunha de Jeová, internada em hospital público, recusou-se a receber transfusão de sangue, mesmo sendo alertada de que, com isso, poderia vir a óbito. À luz da jurisprudência do STF, a equipe médica deve:

- a) realizar a transfusão forçada
- b) reconhecer o direito à recusa, se esta tiver sido feita de forma livre e consciente
- c) reconhecer o direito à recusa, exceto se Sinforosa for maior de 65 anos
- d) suscitar questionamento sobre o tema ao poder Judiciário
- e) consultar o Ministério Público

52. A respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa incorreta:

- a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público
- b) Compete aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos

crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral

- c) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério
- d) a CF veda a permuta de juízes de mesma entrância, ainda que pertencentes ao mesmo segmento de justiça, se forem vinculados a tribunais diversos
- e) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa

53. É um direito individual expressamente previsto na Constituição Federal:

- a) a propriedade, desde que cumpra apenas sua função individual
- b) a liberdade, assegurado inclusive o anonimato
- c) a privacidade, inclusive com a proteção de dados pessoais
- d) a vida, sendo vedada em absoluto a pena de morte
- e) a segurança pública

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

54. De acordo com a Lei nº 10.261/68, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, as nomeações para cargos públicos podem ser realizadas de diferentes formas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as modalidades de nomeação previstas na referida lei:

- a) as nomeações podem ser feitas em caráter vitalício, quando expressamente previsto em lei ordinária; em comissão, para qualquer cargo administrativo; e em caráter efetivo, para cargos técnicos de nível superior.
- b) as nomeações podem ocorrer em caráter vitalício, para os cargos expressamente previstos na Constituição; em comissão, para os cargos que assim o exigirem por lei; e em caráter efetivo, para cargos de provimento dessa natureza.
- c) a nomeação em caráter vitalício aplica-se exclusivamente a cargos administrativos; em comissão, aos cargos técnicos; e em caráter efetivo, aos cargos ocupados por concurso público.
- d) as nomeações podem ocorrer em caráter vitalício, aplicável a todos os servidores; em comissão, sem necessidade de previsão legal; e em caráter efetivo, para cargos de natureza exclusivamente técnica.
- e) apenas as nomeações em caráter efetivo e em comissão estão previstas na legislação, sendo a vitaliciedade uma condição posterior ao exercício do cargo.

55. De acordo com a Lei nº 10.261/68, que regula o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, a posse é o ato que investe o cidadão em cargo público. Para tanto, a legislação estabelece uma série de requisitos a serem cumpridos pelo candidato. Assinale a alternativa que não corresponde a um requisito legal para a posse:

- a) ser brasileiro e estar em dia com as obrigações militares.
- b) ter completado 18 anos de idade e estar no gozo dos direitos políticos.
- c) ter boa conduta e comprovar boa saúde mediante inspeção em órgão médico oficial.
- d) apresentar diploma de curso superior, independentemente das condições especiais prescritas para o cargo.
- e) possuir aptidão para o exercício do cargo e atender às condições específicas exigidas no edital.

56. João é servidor público de uma autarquia estadual e atua diretamente no processo de alienação de imóveis públicos. Durante uma negociação, João, de forma dolosa, aceitou receber uma quantia em dinheiro de uma empresa privada para facilitar a venda de um imóvel pertencente à Administração Pública por um preço muito abaixo do valor de mercado. Com base na Lei nº 8.429/92, o comportamento de João:

- a) configura ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito, pois João obteve vantagem econômica indevida em razão do exercício de suas funções.
- b) não caracteriza improbidade administrativa, pois a vantagem econômica foi recebida diretamente da empresa privada, e não dos cofres públicos.
- c) não se enquadra como enriquecimento ilícito, mas como ato que causa prejuízo ao erário, por envolver alienação de bem público a preço inferior ao de mercado.
- d) poderá ser caracterizado como improbidade administrativa, desde que o imóvel público tenha sido alienado por um valor superior ao preço de aquisição original.
- e) apenas configura improbidade administrativa caso se comprove que o pagamento da vantagem econômica prejudicou os cofres públicos de forma direta.

57. De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92 acerca da apresentação de declaração de bens e rendimentos pelos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) a apresentação da declaração de bens é exigida apenas no momento da posse ou início do exercício do cargo público, sendo dispensável após esse período.
- b) o agente público que não apresentar sua declaração de bens no prazo determinado poderá ser penalizado com advertência ou suspensão, mas nunca com demissão.
- c) a declaração de bens deve ser atualizada anualmente e no momento em que o agente público deixar o exercício de suas funções, cargo ou mandato.
- d) o descumprimento do dever de apresentar a declaração de bens poderá ser punido com demissão, exceto se o agente alegar desconhecimento da obrigação.
- e) a lei permite que o agente público substitua a apresentação da declaração de bens por uma declaração verbal prestada ao serviço de pessoal competente.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

58. Sobre a personalidade e a capacidade segundo o CC/2002, é correto afirmar que

- a) A personalidade jurídica de uma pessoa física começa com a concepção, mas a lei condiciona sua plena eficácia ao nascimento com vida.
- b) A capacidade de fato é inerente a toda pessoa que possui personalidade jurídica, sem gradações ou limitações.
- c) A personalidade jurídica pode ser considerada como um atributo conferido pelo Direito, aplicável tanto às pessoas físicas quanto às pessoas jurídicas.

d) Os absolutamente incapazes são definidos como aqueles que, por qualquer motivo, não conseguem exprimir sua vontade, seja de forma transitória ou permanente.

e) A capacidade de direito é exclusiva das pessoas físicas, sendo vedada às pessoas jurídicas qualquer titularidade de direitos e obrigações.

59. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada

- a) Sempre que houver qualquer inadimplemento por parte da pessoa jurídica.
- b) Quando se constatar abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- c) Exclusivamente nos casos em que houver prejuízo direto aos consumidores.
- d) Apenas nas situações previstas expressamente em contratos sociais ou estatutos da pessoa jurídica.
- e) Sempre que a pessoa jurídica deixar de cumprir suas obrigações tributárias.

60. Com base nos defeitos do negócio jurídico no CC/2002, assinale a alternativa correta

- a) A simulação, sendo considerada um vício de vontade, torna o negócio jurídico anulável.
- b) O dolo é considerado vício social e pode ser alegado por qualquer interessado, incluindo o Ministério Público, se couber sua intervenção.
- c) A coação não precisa ser grave para invalidar um negócio jurídico, bastando que a vítima se sinta minimamente intimidada.
- d) A nulidade absoluta pode ser alegada por qualquer interessado ou reconhecida de ofício pelo juiz, enquanto a anulabilidade exige iniciativa da parte interessada.
- e) Negócios jurídicos com motivo determinante ilícito, ainda que conhecido apenas por uma das partes, são considerados nulos de pleno direito.

61. Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta

- a) O possuidor de boa-fé não possui direito à retenção do bem por benfeitorias necessárias ou úteis.
- b) A indenização por benfeitorias necessárias é garantida ao possuidor, independente de sua boa ou má-fé.
- c) O possuidor de má-fé tem direito de ser indenizado por todas as benfeitorias realizadas, inclusive voluptuárias.
- d) A posse de má-fé anula qualquer direito à percepção de frutos naturais produzidos pelo bem.
- e) O possuidor direto perde seus direitos possessórios em face do possuidor indireto, automaticamente, após o término do contrato.

62. Sobre o penhor, nos termos do CC/2002, é correto afirmar que:

- a) O penhor é constituído pela entrega do bem móvel ao credor, que passa a deter a posse indireta do bem.
- b) A propriedade do bem objeto do penhor é transferida ao credor até que a dívida seja completamente quitada.
- c) O penhor pode recair sobre bens móveis e imóveis, desde que estes últimos sejam desprovidos de registro.
- d) A constituição do penhor requer a celebração de um contrato escrito e a entrega efetiva do bem ao credor.
- e) O bem objeto do penhor não pode ser utilizado para garantir dívidas de terceiros.

63. Sobre a classificação e natureza jurídica dos bens no CC/2002, é correto afirmar que

- a) O conceito de bens incorpóreos inclui apenas direitos de personalidade, excluindo direitos patrimoniais.

b) Os bens de uso comum do povo, como praças e ruas, podem ser livremente alienados pelo poder público.

c) Os bens móveis por antecipação são aqueles que, embora originalmente imóveis, são considerados móveis pela destinação econômica.

d) A indivisibilidade de um bem decorre exclusivamente de suas características físicas, sem influência de convenções jurídicas ou da vontade das partes.

e) Bens consumíveis são exclusivamente aqueles cujo uso implica a destruição imediata de sua substância.

64. No que se refere às pertenças e partes integrantes, conforme o CC/2002, é correto afirmar que

a) As partes integrantes de um bem não podem ser destacadas sem alterar a funcionalidade do principal.

b) Pertenças são consideradas partes integrantes de um bem principal, desde que haja uma ligação física entre eles.

c) A relação entre o bem principal e as pertenças é regida pelo princípio da gravitação jurídica, ou seja, o acessório segue o principal em todas as circunstâncias.

d) Os negócios jurídicos envolvendo o bem principal sempre abrangem as pertenças, independentemente de disposição em contrário.

e) Pertenças são bens que, mesmo sem se integrarem ao principal, destinam-se ao seu uso, serviço ou aformoseamento.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Tiago Zanolla

65. No Tribunal de Justiça do Estado, os servidores responsáveis pelo setor de expedição de mandados estavam discutindo sobre os procedimentos relacionados à certificação e ao cumprimento dos mandados judiciais, previstos no art. 310 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ).

Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A anotação do número do processo nos mandados expedidos é opcional, podendo ser substituída pela identificação do oficial de justiça responsável.
- b) A devolução dos mandados sem integral cumprimento é permitida, desde que o oficial de justiça tenha justificado previamente nos autos os motivos da devolução.
- c) No sistema informatizado, devem ser anotados a data da distribuição do mandado ao oficial de justiça e o nome do meirinho, para consulta e controle de prazos.
- d) O prazo padrão para cumprimento dos mandados é de 45 dias, salvo se houver determinação de prazo maior pelo Juiz Corregedor Permanente.
- e) Nas 24 horas que antecederem o vencimento do prazo para cumprimento do mandado, é permitido ao oficial de justiça devolvê-lo ao setor, desde que não seja possível ultimação da diligência.

66. Com base nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), qual das afirmações abaixo está correta?

- a) O alvará de soltura, em qualquer caso, deve ser enviado exclusivamente por correio eletrônico institucional (e-mail) do ofício de justiça, independentemente da localização do preso.
- b) A confirmação do recebimento do alvará de soltura pela autoridade destinatária é feita exclusivamente

por meio de mensagem eletrônica, sendo desnecessária a via telefônica.

- c) Caso o preso esteja em regime domiciliar, a entrega do alvará de soltura é realizada exclusivamente pelo oficial de justiça, e o mandado de intimação não exige certidão nem assinatura do réu.
- d) Se o preso estiver em outro estado da federação, o alvará de soltura pode ser enviado por carta precatória, correio eletrônico institucional ou fac-símile, dependendo das circunstâncias.
- e) Em qualquer situação, a responsabilidade pela remessa do alvará de soltura recai sobre o juiz responsável pelo processo, que deve acompanhar a entrega pessoalmente.

67. No Fórum Regional de uma grande cidade, durante uma palestra de atualização destinada a oficiais de justiça, o palestrante apresentou o seguinte questionamento aos participantes:

Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) O conceito de "diligência" abrange apenas uma única ida ao endereço mencionado no mandado, não incluindo deslocamentos adicionais no mesmo dia ou em dias diferentes.
 - b) O valor da diligência é ressarcido ao oficial de justiça com base no número de idas e vindas realizadas, sendo proporcional à quantidade de deslocamentos.
 - c) A "cota gratuita" é o valor ressarcido ao oficial de justiça no cumprimento de mandados pagos, apurado a partir do valor da diligência, descontados os custos administrativos.
 - d) O valor da "cota paga" é apurado com base no valor da diligência dos mandados pagos, deduzidos os custos administrativos.
 - e) O conceito de "cota" é definido como o valor a ser ressarcido ao oficial de justiça proporcionalmente ao número de atos cumpridos e ao resultado obtido no cumprimento do mandado.
-

68. Em uma reunião do setor de distribuição de mandados, foi levantada uma situação para discussão entre os oficiais de justiça:

Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) Os oficiais de justiça podem permanecer com mandados em mãos ao entrarem em férias, desde que os mandados não sejam urgentes.
- b) Nos 15 dias que antecedem suas férias marcadas na escala, os oficiais de justiça podem continuar a receber mandados, mas apenas em regime de urgência.
- c) Caso as férias sejam canceladas, o oficial de justiça deverá devolver todos os mandados que recebeu anteriormente sem cumpri-los.
- d) Se o período de férias incluir recesso, a distribuição de mandados cessa nos 15 dias que antecedem o início do recesso.
- e) Durante os 15 dias que antecedem o período de férias ou licença, os oficiais de justiça devem cumprir apenas mandados recebidos em regime de plantão.

69. Em uma reunião de treinamento com os oficiais de justiça sobre os prazos para devolução de mandados, foi apresentada a seguinte situação hipotética para análise:

Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) O oficial de justiça pode solicitar a prorrogação do prazo para cumprimento do mandado a qualquer momento, mesmo após o vencimento do prazo original, desde que justifique o pedido.
- b) O requerimento de prorrogação deve ser apresentado ao juiz, e sua análise independe de informações sobre distribuições anteriores e prorrogações já concedidas.

c) Caso o requerimento de prorrogação seja indeferido ou não conhecido, o mandado deverá ser devolvido ao cartório imediatamente.

d) O mandado só poderá permanecer retido com o oficial de justiça após o vencimento do prazo se houver autorização escrita do juiz.

e) Nos casos de mandados compartilhados, não é necessário enviar o requerimento ao Ofício de Justiça expedidor do mandado, bastando anotá-lo diretamente no sistema informatizado.

70. Durante uma capacitação regional para os oficiais de justiça, o instrutor apresentou a seguinte questão para análise e debate:

Com base no disposto no art. 1.007 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) Nos setores urbanos, os mandados devem ser sempre distribuídos por bairros, sendo vedada qualquer outra forma de agrupamento.
- b) Para áreas rurais, é permitido que um único setor abranja diversos assentamentos ou vilarejos não contíguos, para simplificar a distribuição.
- c) Nas localidades com CEP único, o critério de distribuição deve ser obrigatoriamente por bairros, sem a criação de uma Zona Única.
- d) Devem ser criados setores especiais para penitenciárias, presídios e cadeias públicas, independentemente de estarem vinculados a um CEP.
- e) A criação de setores especiais para mandados remotos depende exclusivamente de autorização expressa do Conselho Superior da Magistratura.

71. Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) O oficial de justiça pode devolver o mandado sem cumprimento a qualquer momento, caso identifique irregularidades, independentemente de prazo.
- b) Se o mandado incluir medidas de urgência, o oficial poderá cumpri-lo mesmo sem o depósito inicial, cabendo ao interessado complementar o valor posteriormente.
- c) Em mandados com ordem de arrombamento ou reforço policial, o oficial de justiça deve devolvê-lo ao cartório para que o juiz emita a requisição.
- d) Quando necessário o reforço de outro oficial de justiça para cumprir ordem judicial complexa, ambos serão ressarcidos pelos atos realizados.
- e) O oficial de justiça deve realizar diligências subsequentes, como intimação e avaliação, após a penhora, sempre que possível.

72. Durante uma reunião sobre os critérios de ressarcimento por deslocamento para cumprimento de mandados em lotes, foi elaborada a seguinte questão para análise dos oficiais de justiça:

Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) O oficial de justiça terá direito ao ressarcimento adicional de 1 cota para cada lote de 5 mandados cumpridos com deslocamento superior a 15 km.
- b) A distância entre as SADM's deve ser calculada com base nas rotas reais percorridas pelo oficial de justiça, considerando vias rodoviárias e suas condições.
- c) Os gastos com pedágio, balsa ou ferry-boat estão incluídos no valor das cotas calculadas para cada bloco de mandados cumpridos.

d) O ressarcimento adicional aplica-se a qualquer distância entre SADM's, independentemente do limite mínimo de 15 km.

e) Não é necessário que o oficial de justiça informe as acumulações ou atualizações de novas unidades para o cálculo do ressarcimento.

73. Com base nas regras sobre o cálculo da taxa judiciária, assinale a alternativa correta:

- a) A taxa de 1,5% sobre o valor da causa no momento da distribuição aplica-se exclusivamente às ações iniciais, não abrangendo reconvenções e oposições.
- b) O preparo para interposição de um recurso de apelação é calculado com base em uma taxa de 2% sobre o valor da causa.
- c) No cumprimento de sentença, a taxa judiciária de 2% incide sobre o valor do crédito a ser satisfeito, independentemente de qualquer outra taxa paga anteriormente.
- d) Na execução de título extrajudicial, a taxa judiciária é de 4% sobre o valor do título executado.
- e) Reconvenções e oposições estão isentas do pagamento da taxa de 1,5% sobre o valor da causa.

74. Durante uma discussão sobre a destinação da taxa judiciária, um servidor do Tribunal apresentou a seguinte questão para debate:

Com base no disposto no Artigo 9º sobre a destinação da taxa arrecadada, assinale a alternativa correta:

- a) Todo o montante arrecadado com as taxas judiciárias é destinado exclusivamente ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
- b) Apenas 10% do valor arrecadado com as taxas judiciárias é destinado ao pagamento de salários e despesas de pessoal do Tribunal de Justiça.
- c) O Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça recebe a maior parte do montante arrecadado, com 60% do total das taxas judiciárias.
- d) As despesas de diligências dos Oficiais de Justiça recebem 30% do total arrecadado com as taxas judiciárias.
- e) A destinação das taxas judiciárias é dividida em partes iguais entre o Fundo Especial de Despesa do Tribunal, as despesas de pessoal e as diligências dos Oficiais de Justiça.

75. Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) Para mandados com deslocamento, o valor da diligência é equivalente a 01 UFESP, independentemente do número de atos praticados ou do resultado obtido.
- b) Se o interessado oferecer condução ao oficial de justiça, ainda será necessário recolher o valor correspondente à diligência.
- c) Quando há necessidade de conversão de mandado remoto para mandado com deslocamento, o interessado deverá complementar a diferença entre 03 UFESPs e 01 UFESP.
- d) O reajustamento do valor da UFESP aplica-se a depósitos já efetuados, mesmo que o mandado não tenha sido expedido ou cumprido.

e) Todo o montante arrecadado com os valores de diligência é destinado exclusivamente ao ressarcimento dos oficiais de justiça, sem percentual destinado a despesas administrativas.

76. Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) A restituição de valores de diligência indevidamente recolhidos pode ser solicitada a qualquer momento, mesmo após a expedição do mandado.
- b) Para processos não distribuídos, o requerimento de restituição deve ser feito ao Juiz Corregedor da SADM, mesmo que a ação tenha sido distribuída em outra comarca.
- c) A restituição será efetivada mediante a entrega de um alvará de levantamento ao depositante ou ao seu procurador, após a apresentação da documentação exigida.
- d) Nos casos de compartilhamento de mandados eletrônicos, o depositante deve solicitar a restituição diretamente à Secretaria de Orçamento e Finanças, sem intermediação da SADM.
- e) Não é necessária a apresentação de comprovante de pagamento para solicitar a restituição, bastando a guia de recolhimento.

77. Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) A Fazenda da Capital do Estado de São Paulo deve indicar os processos para expedição de mandados e, caso não o faça, os pedidos anteriores permanecerão válidos até que sejam formalmente arquivados.
- b) O ressarcimento aos oficiais de justiça pelos mandados expedidos segue regras distintas das aplicadas aos mandados pagos, independentemente do valor depositado.
- c) Caso a Fazenda da Capital apresente impugnações aos mapas de pagamento que sejam acolhidas pelo juízo, a devolução ao ente será realizada diretamente pelo oficial de justiça, se não for possível a compensação no mapa posterior.
- d) O regime especial previsto no artigo pode ser cancelado apenas por determinação da Corregedoria Geral da Justiça, sem interferência do Juiz Corregedor Permanente.
- e) A Fazenda da Capital do Estado de São Paulo não pode apresentar impugnações aos mapas mensais de ressarcimento, pois estes são considerados definitivos após sua conferência.

78. Com base no disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ), assinale a alternativa correta:

- a) A gestão por atividades deve ser implementada apenas nas unidades que enfrentam alta demanda processual, sendo facultativa nas demais.
- b) O treinamento de servidores deve ser realizado de forma restrita, respeitando as competências legais de cada cargo, sem transferência de conhecimentos ou revezamento de atribuições.
- c) A simplificação dos procedimentos deve ocorrer mesmo que comprometa a segurança, a completude dos atos judiciais e o devido processo legal, em prol da celeridade.
- d) As unidades judiciais devem promover a cultura de colaboração e respeito entre servidores,

independentemente da função desempenhada, como parte da dinâmica institucional.

- e) A satisfação do usuário é garantida exclusivamente por meio da prestação eficiente dos serviços judiciais, sem necessidade de receber críticas ou sugestões.

BLOCO III

ATUALIDADES

Leandro Signori

79. O boletim anual da Organização Meteorológica Mundial (OMM) sobre o Ozônio e Radiação Ultravioleta (UV) aponta que a camada de ozônio está no caminho certo para uma recuperação a longo prazo, com uma previsão de reparação.

Segundo a agência meteorológica da ONU, a *camada de ozônio* pode se recuperar a índices de 1980 — quando não haviam buracos — até 2066 sob a Antártica, se as políticas de preservação dela se mantiverem. Além disso, o texto prevê uma recuperação a camada sob o Ártico até 2045 e no resto do mundo até 2040.

Correio Braziliense, 17/09/2024. Acesso em: 24/10/2024. Com adaptações.

O buraco na camada de ozônio tem como causa:

- a) As emissões na atmosfera de dióxido de carbono (CO₂).
- b) As emissões na atmosfera de clorofluorcarbonos (CFCs)
- c) O aumento do metano (CH₄) na atmosfera.
- d) As queimadas florestais.
- e) As emissões de gases dos veículos automotores.

80. Em setembro de 2024, o grupo Hezbollah foi alvo de uma série de explosões que atingiram dispositivos de comunicação usados por seus membros. Essas explosões resultaram em dezenas de mortes e milhares de feridos, sendo atribuídas a possíveis sabotagens por parte do Estado de Israel.

De acordo com relatos, quais foram os dispositivos de comunicação que explodiram causando mortes entre os membros do Hezbollah?

- a) Pagers e walkie-talkies.
- b) Dispositivos GPS.
- c) Telefones celulares.
- d) Computadores portáteis.
- e) Tablets de comunicação militar.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

81. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), o processo destinado a contribuir para que a pessoa com deficiência possa restaurar sua capacidade e habilidade profissionais para exercício de profissão ou de ocupação, denomina-se

- a) habilitação profissional.
- b) serviços multidisciplinares.
- c) capacitismo e desenvolvimento.
- d) reabilitação profissional.
- e) inclusão profissional.

82. O do reconhecimento igual perante a lei previsto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura, dentre outros direitos,

- a) a presença de um curador para que a pessoa com deficiência manifeste seu direito ao voto
- b) que a pessoa com deficiência possa ser curatelada para que tenha protegido seu direito ao trabalho em igualdade de condições

c) que a pessoa com deficiência tenha a faculdade de pedir por si mesma por segundas vias de documentos oficiais

d) a pessoa em situação de institucionalização, que lhe seja nomeado curador alguém de confiança da autoridade judiciária, preferencialmente que não tenha convívio com a pessoa com deficiência

e) como alternativa à curatela, a autoridade judiciária poderá ordenar que sejam nomeados dois apoiadores à pessoa com deficiência, constituindo processo de tomada de decisão apoiada

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

83. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
- II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
- III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.

IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
- b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
- c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
- d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
- e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

84. Se eu paguei o aluguel ou comprei comida, então o meu salário entrou na conta.

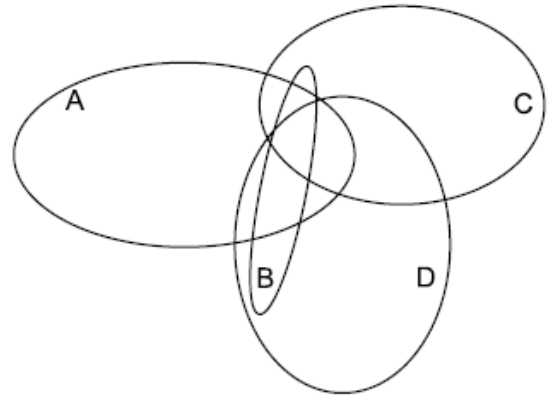
Uma afirmação equivalente a afirmação anterior é

- a) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel e não comprei comida.
- b) Se eu paguei o aluguel e comprei comida, então o meu salário entrou na conta.
- c) O meu salário entrou na conta e eu comprei comida e paguei o aluguel.
- d) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel ou não comprei comida.
- e) Se eu não paguei o aluguel e não comprei comida, então o meu salário não entrou na conta.

85. Se não é verdade que, no ano passado, em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, então, no ano passado,

- a) em nenhum domingo que não fez sol, Renata passou de moto.
- b) em todos os domingos que não fez sol, Renata não passou de moto.
- c) houve pelo menos um domingo em que não fez sol e Renata passou de moto
- d) em todos os domingos fez sol e Renata passou de moto.
- e) houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passou de moto.

86. No diagrama lógico a seguir, há elementos em todos os subconjuntos.



Dessa maneira, é correto afirmar que

- a) qualquer elemento de D que não seja elemento de A é elemento de B ou de C.
- b) algum elemento de C que é elemento de D não é elemento de A e de B.
- c) há elementos de B que são apenas elementos de B.
- d) existe elemento de B que é apenas elemento de B e de A.
- e) não há elemento que seja apenas elemento de A e de B e de C.

87. Em uma metrópole, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; M, N e P. Os resultados mostraram que:

- 420 pessoas gostam da rave M.
 - 420 pessoas gostam da rave N.
 - 500 pessoas gostam da rave P.
 - 40 pessoas gostam das três raves.
 - 200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.
 - 120 pessoas gostam das raves M e N.
 - 140 pessoas gostam das raves M e P
 - 100 pessoas gostam das raves N e P.
- O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

88. A sequência 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, ... mantém o padrão apresentado indefinidamente. A soma dos 1954 primeiros termos dessa sequência é:

- a) 7324
- b) 7328
- c) 7330
- d) 7332
- e) 7344

MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

89. Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo se encontraram em um mesmo dia em uma clínica de nutrição. Para fins de acompanhamento da dieta por parte da nutricionista, as três pessoas deverão retornar à clínica a cada 40 dias, 36 dias e 30 dias, respectivamente. Quando essas três pessoas se encontrarem novamente na clínica em um mesmo dia, terá sido o

- a) nono retorno do Arnaldo.
- b) décimo segundo retorno do Bernaldo.
- c) décimo quarto retorno do Arnaldo.
- d) décimo quinto retorno do Bernaldo.
- e) décimo quinto retorno do Cernaldo.

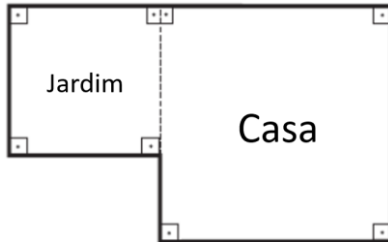
90. Três pessoas precisam pintar o meio-fio de uma rua. A primeira pessoa a trabalhar realizou $\frac{3}{10}$ da atividade. A segunda pessoa a trabalhar pintou $\frac{5}{3}$ do que havia pintado a primeira pessoa. Já a última das três pessoas executou $\frac{1}{5}$ do que a segunda pessoa havia executado. A porcentagem da tarefa que ainda falta ser realizada é

- a) 5%
- b) 7,5%
- c) 10%
- d) 12,5%
- e) 15%

91. Uma empresa do ramo imobiliário, dispendo de 75 operários, constrói 450 casas em 90 semanas. Mantendo-se essa produtividade, para a construção de 200 casas com o trabalho de 20 operários, o número de semanas necessárias é:

- a) 200
- b) 180
- c) 170
- d) 160
- e) 150

92. Um terreno recém-adquirido foi dividido em duas partes, ambas quadradas, sendo uma parte destinada para a construção de uma casa e a outra para servir de jardim.



Sabendo-se que a área total do terreno é de 306m^2 e que a razão entre as áreas do jardim e da casa é 9 para 25, pode-se afirmar que o perímetro do terreno, que aparece em **negrito** na figura, é:

- a) 68 m
- b) 72 m
- c) 78 m
- d) 80 m
- e) 84 m

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

93. O Windows é um Sistema Operacional e, como tal, tem a função de gerenciar o hardware e o software em uma máquina. Nele temos uma funcionalidade que permite acompanhar o desempenho da memória, da CPU, ver os processos em execução, dentre outras atividades. Uma das formas de acessá-la é através da tecla de atalho:

- a) CTRL + ALT
- b) CTRL + ALT + DEL
- c) CTRL + SHIFT + DEL
- d) CTRL + D
- e) ALTGR + P

94. A Área de Trabalho do Windows é importantíssima para a configuração e personalização do computador. Quando o usuário clica nela, com o botão direito do mouse, é aberto um menu suspenso. Qual das opções abaixo pode ser encontrada nesse menu:

- a) Configurações da Barra de Tarefas.
- b) Janela em Cascata.
- c) Sincronização de Pastas Compartilhadas.
- d) Bloquear a Barra de Tarefas.
- e) Desligar

95. No Word, existe uma funcionalidade chamada Controle de Alterações que permite que vários usuários acessem e manipulem o mesmo arquivo simultaneamente. Após as alterações o proprietário do documento pode aceitar ou rejeitar as alterações. Para que elas sejam aceitas devemos usar o menu:

- a) Revisão/Alterações/Aceitar
- b) Exibição/Alterações/Aceitar
- c) Revisão/Controle/Aceitar
- d) Referências/Alterações/Aceitar.
- e) Revisão/Alterações/Comparar

96. No Word temos uma funcionalidade para colocar observações sobre parte do texto, mas que, por padrão, não é impresso com o documento. O nome dessa funcionalidade é:

- a) Caixa de texto
- b) Comentários
- c) Partes Rápidas
- d) Imagens.
- e) SmartArt

97. Considere uma planilha no Excel com os seguintes valores:

	A	B
1	10	10
2	30	20
3	20	30

Ao digitar na célula D3 o seguinte valor: =MAIOR(A1:B3;2), o que irá aparecer na referida célula:

- a) 10
- b) 15.
- c) 20
- d) 05
- e) 30

98. No Excel o usuário digitou a função =HOJE() . O que será apresentado na mesma célula quando ele apertar enter:

- a) Nada. O Excel não reconhece essa função e ignora o comando
- b) A data e a hora do sistema.
- c) A data e a hora do sistema atualizadas
- d) A data atual do sistema apenas
- e) Uma mensagem de erro.

99. Um usuário estava se atualizando em um site de notícias e, na mesma, tinha um aviso de uma empresa <http://www.keepkalm.seg.br> , ele pode deduzir então que é um domínio do tipo:

- a) Transporte e Logística
- b) Pequenas e micro-empresas.
- c) Segurança
- d) Atividades Comerciais
- e) Aplicativos.

100. Sobre o Teams, responda.

- a) A ferramenta de Tarefas possibilita visualizar todas as equipes das quais o usuário participa
- b) O chat é uma ferramenta desabilitada, só podendo ser utilizada quando a chamada de vídeo não estiver sendo usada.
- c) As videoconferências só são permitidas em classes com mais de 100 alunos.
- d) Durante a videoconferência é possível compartilhar telas abertas de outros aplicativos.
- e) O recurso de Equipes é utilizado para listar as tarefas pendentes do usuário.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
